

QUESTÕES DEMOGRÁFICAS RELEVANTES POR FAIXAS ETÁRIAS E OS DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DIANTE DE MUDANÇAS NOS PADRÕES DE BEM ESTAR

Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski¹
Keli Regina Dal Prá²

INTRODUÇÃO

Levantamentos demográficos revelam o progressivo envelhecimento da população tanto em países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos. Envelhecimento que significa aumento de gastos públicos e privados. Num quadro quase global de agravamento das finanças governamentais, a tônica da condução das políticas sociais tem sido a delegação dos cuidados do Estado para as famílias e o repasse de responsabilidades, nem sempre acompanhado do suporte necessário para a sua execução³. Esse repasse de responsabilidades não é uma situação nova. Ela tem sido a tônica das políticas econômicas e sociais desde a década de 1970, quando a família é “redescoberta” como parceira da proteção social (CARVALHO, 1998).

Entretanto, não apenas o envelhecimento tem chamado a atenção no que se refere a mudanças populacionais e o impacto que elas têm – em termos de geração de demandas – para as políticas públicas. Em paralelo ao alargamento da parte da pirâmide que comporta a população madura ou da terceira idade, as sociedades vêm presenciando a queda do número de crianças nas pirâmides populacionais, bem como a redução da população em termos absolutos, principalmente nos países desenvolvidos. Se em termos populacionais vem ocorrendo uma verdadeira revolução, há uma outra revolução em curso - a mudança nos padrões familiares. A literatura sobre mudanças populacionais fartamente descreve os novos arranjos familiares: famílias monoparentais, famílias unipessoais, famílias homoafetivas com ou sem filhos, famílias com dupla renda e sem filhos, famílias “mosaico”⁴, entre outras. Como

¹ Economista, Doutorado em Sociologia Política pela UFSC, professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC.

² Assistente social, Pós Doutorado pela *Universidad de la República*, Uruguai, professora do Departamento de Serviço Social da UFSC.

³ Na área da saúde, por exemplo, nos documentos oficiais frequentemente aparecem os termos responsabilidade, corresponsabilidade, autonomia ou cogestão ao se referir à divisão dos cuidados com as famílias. No entanto, as diretrizes ignoram a compreensão que as famílias têm dessa corresponsabilidade nos cuidados e se elas de fato possuem os recursos (sociais, emocionais e técnicos) para dar conta da mesma (GELINSKI, 2011).

⁴ Conforme mencionado por Barros, Alves e Cavenaghi (2004) a expressão foi cunhada em reportagem de Revista Veja (agosto de 2004) para se referir a um mosaico em que “(...) cabem “o marido da mamãe”, “o irmão

chama a atenção De Martino (2015, p.97), desde a década de 1990 supera-se o conceito de “família e se impõe o plural: famílias” e acrescenta que, embora pareça um mero jogo de palavras, trata-se da superação da imagem da família tradicional (pai - mãe - filhos) e a incorporação de arranjos até então fora do padrão ou disfuncionais.

Ambos os fenômenos – mudanças populacionais e mudanças familiares – se entrelaçam e não podem ser desconsiderados quando se discutem os padrões de proteção social que as sociedades vêm adotando. Se num nível macro os sistemas de proteção social vêm com a proposta de racionalização de gastos e enxugamento de serviços, no nível micro ignoram o impacto que essa redução de custos e de serviços trará para cada segmento populacional e o quanto na intimidade das famílias (qualquer que seja o seu formato) pode aumentar a sobrecarga que as mulheres já têm.

Este trabalho tem por objetivo resgatar as questões demográficas relevantes para alguns segmentos populacionais (casais com e sem filhos, jovens e idosos) e os desafios que são colocados para as políticas sociais diante de um complexo quadro de alterações nos padrões de bem estar, ou dos sistemas de proteção social. O pano de fundo desta discussão é a necessidade de destacar as demandas de proteção que podem estar sendo postas por cada faixa etária numa sociedade em que o sistema de proteção está fortemente embasado na família, nas redes de proteção informal e, em última instância, nas mulheres.

PROTEÇÃO SOCIAL – DE DIREITO A AÇÃO DE SOLIDARIEDADE FAMILIAR

A familiarização da proteção social faz parte de um conjunto de mudanças no padrão de proteção social outorgado pelo *Welfare State* que se instauram com a crise do Estado keynesiano. Trata-se do pluralismo de bem-estar (*Welfare mix* ou *Welfare pluralism*) em vigor desde meados dos anos 1970, em substituição ao padrão vigente entre 1945-1975. Sobre a arquitetura do *Welfare Mix*, Pereira (2004 p.144) é bem esclarecedora: tem por bases “descentralização e participação, ênfase nas redes de solidariedade informais e no trabalho voluntário; criação de cooperativas de consumidores e centros vicinais de assistência a pessoas, principalmente idosas; e estabelecimento de serviços civis de apoio aos cidadãos em geral”. A autora lembra que o *Welfare Mix* ganharia atenção em países onde não havia previamente um grande compromisso do Estado com o bem-estar social, como Bélgica e Alemanha. A simpatia por esse novo modelo significaria o fortalecimento do Modelo

por parte de mãe”, “os filhos da mulher do papai” e por aí vai, num intrincado quebra-cabeça de “parentes e meios-parentes”.

Bismarckiano de bem-estar, apoiado nas contribuições dos segurados, em detrimento do modelo beveridgiano - não contributivo - que incluía os não segurados.

Em ambos os modelos, a passagem da fase keynesiana para a pós-keynesiana é caracterizada pela perda de centralidade do Estado na política social e a consequente chamada, para participar dela, do mercado e dos setores não mercantis, como o terceiro setor. Nessa situação cada um entra com a sua parte - o Estado com poder, o mercado com dinheiro e o terceiro setor com a solidariedade (PEREIRA, 2004). Como lembra Martin (1995, p.55), característica essencial do novo modelo será a questão da partilha de responsabilidades entre família e Estado: “O novo modelo preconiza exatamente uma combinação de recursos e de meios mobilizáveis junto do Estado, dos parentes, mas também junto do mercado ou ainda das iniciativas privadas, associativas, beneficentes e não lucrativas”.

O Estado perde protagonismo e a condição de responsável único pela proteção e assume a condição de parceiro no atendimento das necessidades humanas. A responsabilidade ficaria mais precisamente dividida entre quatro setores-chave: o voluntário, o comercial, o oficial e o informal (JOHNSON, 1990; MISHRA, 1995, apud PEREIRA, 2004). O setor voluntário é composto por organizações filantrópicas ou Organizações Não-Governamentais (ONG), que na esteira da descentralização das atividades do Estado passam a substituí-lo aparentemente com mais agilidade e menor custo. O setor comercial ou mercantil - que representa para os pluralistas, importante instância de empoderamento dos consumidores - é constituído por organizações que atuam como moderadores do poder de mercado. Para o setor oficial são reservadas as atividades consideradas o centro da política social numa economia de mercado: garantir a democracia, o respeito à propriedade privada e a coordenação de compromissos com a sociedade para manutenção de um sistema de proteção social. Por último, no setor informal a assistência deve ser fornecida por grupos primários – parentes, amigos, vizinhos e principalmente pela família, sendo que dentro desta última, a mulher é chamada a ocupar papel central no cuidado a crianças, idosos e doentes (PEREIRA, 2004).

Na realidade, a família sempre exerceu papel fundamental na provisão da proteção social. Entretanto, como lembra Mioto (2008, p.137), seria a partir do declínio da sociedade salarial e da crise do Estado keynesiano que ela passaria a ser “ator fundamental na provisão do bem-estar”. Se por um lado a redescoberta da família a desloca da sua condição de “ilustre desconhecida nas diretrizes e programas propostos pela política social” (CARVALHO, 1998, p.101), por outro lado, essa redescoberta implica torná-la corresponsável (com sua carga de direitos e responsabilidades) pelos resultados das políticas e programas. É responsáveis, também, pela proteção social aos seus membros. Importa destacar que mais do que uma

ruptura, a constituição da família como elemento significativo de proteção social é o ressurgimento desse papel só que sob novas feições.

Nessa mesma direção, Nunes (1995) destaca o lugar central que a família passa a ter na Sociedade-providência – alternativa posta diante da falência ou esgotamento do Estado-providência. Enquanto este último assentava-se num padrão de cidadania ligado ao acesso igual a direitos, a solidariedade na Sociedade-providência está assentada “numa identificação ancorada e personalizada daqueles que podem invocar legitimamente essa solidariedade e daqueles que têm por obrigação prestá-la” (NUNES, 1995, p.21). Para ele, a Sociedade-providência não distingue entre desigualdades legítimas e ilegítimas. É um espaço de negociação entre os seus membros passível de “reafirmações periódicas” – atividades tais como visitas a doentes, empréstimo de dinheiro, ajuda em bens ou trabalho, participação em festas de família. Nunes (1995) alerta que o esforço de criar e reproduzir essas relações recai pesadamente sobre as mulheres. Chama a atenção, também, para os limites que a “devolução de risco” tem para a solidariedade social. A Sociedade-providência, por estar assentada em redes de solidariedade primárias baseadas no parentesco e nas relações sociais continuadas, teria dois tipos de limitações: (1) a impossibilidade de simplesmente substituir os bens e serviços oferecidos pelo Estado-providência e (2) as contradições existentes entre as relações ancoradas, próprias da Sociedade-providência e do espaço doméstico, em que se fundam, em contraste com as relações anônimas próprias do Estado-providência e do espaço de cidadania a que se vincula.

As relações decorrentes da Sociedade-providência geram mecanismos constantes de inclusão e exclusão, hierarquias e subordinações e, portanto, não se constituem em mecanismos sólidos e duradouros de proteção social. Como destaca Martin (1995), uma solidariedade baseada no papel dos parentes pode acentuar as desigualdades em vez de compensá-las, na medida em que pode haver pessoas que não contam com ninguém, para as quais morar sozinhas não seja uma opção, mas uma situação imposta por circunstâncias da vida. Para elas “pobreza e precariedade se coadunam com isolamento e solidão” (p.65). Nesse sentido, o autor alerta para o fato de que segmentos sociais com menor capital relacional (ou com redes de suporte mais restritas) estariam automaticamente excluídos dos mecanismos de proteção via solidariedade familiar.

Tendo estabelecido que a proteção social via famílias tem limites estreitos que esbarram nos recursos (afetivos, sociais ou econômicos) que elas dispõem, interessa agora avançar no retrato das questões demográficas relevantes por faixa etária e os desafios que são colocados para as políticas sociais diante do quadro de proteção social posto.

DEMANDAS RELEVANTES POR GRUPOS DEMOGRÁFICOS ESPECÍFICOS

a) CASAIS COM FILHOS E RESTRITA REDE DE APOIO FAMILIAR

Os demógrafos consideram que por volta de 1970 ocorreu uma transição demográfica com profundas mudanças na composição e no funcionamento das famílias. Se até então predominava a família nuclear com papéis bem definidos por gênero (pai-provedor e mãe-cuidadora) a partir desse momento a revolução sexual e contraceptiva traria alterações nesses papéis. As mulheres entraram maciçamente no mercado de trabalho e passaram a exercer, também, a função de provedoras.

De lá para cá profundas mudanças tem se processado no interior das famílias. No caso específico do Brasil, há uma queda significativa do tamanho das famílias (de 4,3 pessoas por família em 1981 para 2,87 em 2015); a taxa de fecundidade despencou (de 6,3 filhos por mulher em 1960 para 1,72 em 2015⁵), bem como há queda da nupcialidade (casamentos por mil habitantes) entre as faixas etárias mais jovens retardando o momento do casamento – movimento fortemente atrelado a mudanças no planejamento e à consolidação da presença das mulheres no mercado de trabalho.

O que está por trás dessas estatísticas é o fato de que a entrada de mulher na luta pela subsistência não a retirou da esfera dos cuidados. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam a pesada carga de trabalho doméstico que recai sobre os ombros das mulheres quase meio século depois da sua entrada triunfal no mercado de trabalho. Na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliares (PNAD), feita pelo IBGE em 2017, consta que as mulheres dedicaram 20,9 horas por semana aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas - quase o dobro das 10,8 horas dedicadas pelos homens (IBGE, 2018a).

Não por casualidade dois temas têm ganhado interesse entre cientistas que lidam com questões sociais: o estudo de políticas de conciliação trabalho-família e as pesquisas de uso do tempo para tentar dimensionar o tempo que cada gênero destina ao trabalho mercantil e ao trabalho familiar doméstico.

Voltando ao impacto que a queda da fertilidade tem sobre as famílias e os cuidados que elas requerem, Buchanan (2014) chama a atenção para o fato de que com a redução da proporção de jovens no conjunto da população (e a conseqüente queda da arrecadação previdenciária) haverá um aumento do número de idosos que precisarão continuar trabalhando

⁵ Abaixo, portanto, da taxa ideal de reposição de 2,1 filhos por casal.

até se aposentarem. E isso cria um dilema para os casais com filhos: desaparece ou reduz a possibilidade de apoio dos avós para cuidar dos netos. A autora atenta, também, para o impacto que sofrem as crianças ao fazerem parte de uma família pequena. Nessa direção, relata estudos que refutam o estereótipo que associa filhos únicos a crianças egocêntricas e destaca que essas crianças tendem a ser mais inteligentes e ter melhor desempenho. No entanto, alerta para a falta que podem fazer os irmãos ao longo da vida. Nesse sentido, cita estudos sobre redes familiares que revelam que irmãos são essenciais para fornecer apoio emocional, auxílio financeiro, companheirismo, moradia e informações sobre emprego. “Quase um quarto das relações de apoio emocional foi fornecido por irmãos. Crianças sem irmãos podem não apenas perder a companhia da infância, mas também apoio na velhice” (BUCHANAN, 2014, p.331). A solidão dessas crianças pode provocar aumento de distúrbios mentais, que vão desde episódios de depressão até quadros mais severos.

Além da redução do tamanho da família e o impacto que isso pode ter sobre os membros da família, os casais em idade produtiva enfrentam as demandas por requalificação impostas pelas empresas. Na medida em que essas atividades de requalificação tendem a ser executadas no tempo livre podem afetar em maior grau aqueles membros da família que têm mais responsabilidades domésticas, como as mulheres. Clegg (2018) chama a atenção para novas demandas que são postas aos trabalhadores em termos de dispêndio de tempo com cursos de qualificação, num contexto de trabalhos mais flexíveis e sem garantia de emprego. Menciona entrevista com Cary Cooper, professor de psicologia e saúde organizacional da *Alliance Manchester Business School*, "Trinta anos atrás, o contrato psicológico era que se você trabalhasse duro para nós, você progrediria na carreira. Agora, o contrato é que esperamos empenho de você... mas não podemos garantir emprego para você no futuro" Para ele “os trabalhadores mais velhos, que se lembram do tempo em que um emprego era para a vida toda, poderão ter problemas com a recapacitação que invade a vida doméstica” (CLEGG, 2018, p. B2). Essa invasão da vida familiar pelas demandas de qualificação com certeza afetará pessoas com responsabilidades domésticas que podem ter dificuldade de se encaixar em outros compromissos após o trabalho. E Clegg (2018, p. B2) conclui “(...) não conceder tempo para estudos pode agravar as desigualdades de gênero”.

Famílias cada vez menores, com reduzida rede de apoio familiar, e exigências crescentes no mercado de trabalho aumentam a expressiva carga de responsabilidades das mulheres que, como mostram as estatísticas, desempenham em maior proporção as atividades de reprodução social. Para casais com filhos e, em particular para as mulheres que fazem parte desses arranjos populacionais, torna-se vital dispor de serviços destinados às crianças o que

pode ampliar o tempo livre das genitoras, muito mais se vivem em tempos de redes de apoio familiar restritas.

b) CASAIS SEM FILHOS

Muitos casais decidem ter pets de estimação ao invés de filhos, optam por substituir um bebê por um ser que não dará tanto gasto em educação. Vivir... (2017) resgata dados do *US Census Bureau* das três maiores cidades nos Estados Unidos nas quais menos de 20% dos lares têm crianças - Seattle, Washington, D.C. e San Francisco. Seattle é a cidade com o mais elevado percentual de lares com gatos e cachorros (54,7%) e com somente 19,7% dos lares com filhos. Em 44% dos lares de São Francisco têm mascotes contra 18,7% dos lares com filhos. Já em Washington, ao redor de 20% dos lares têm crianças e 28% têm bichos de estimação. Essa decisão estaria atrelada aos elevados custos imobiliários, ao deficiente sistema de escolas públicas, e como alguns entrevistados manifestaram “é uma relação com menos coisas em jogo que a de um bebê”.

Nesse quesito o Brasil não difere muito da realidade americana. Dados divulgados pelo IBGE mostram que o número de lares com animais de estimação supera o de lares com crianças. Em 44,3% dos domicílios existem cachorros, o que representa 52,2 milhões de cães - uma média de 1,8 cachorros por domicílio. Já o número de crianças de 0 a 14 anos era de 44,9 milhões (KNOPLOCH, 2015).

A importância dos animais de estimação ganhou tal proporção no Brasil que em casos de dissolução do núcleo familiar a disputa pela guarda dos pets tem chegado à justiça (MACEDO, 2015; ROSA, 2016). A disputa passa pela compreensão de que o animal de estimação não pode ser considerado um bem, objeto de partilha. Vale destacar que se bem casos de disputa vêm desde a década de 1990, são cada vez mais frequentes ações na justiça para definir a guarda dos pets. Nesse sentido, foi aprovado em 2016 um projeto na Câmara dos Deputados que regulamenta a guarda de animais, em casos de separação ou divórcio. Conforme consta na página do deputado que propôs a ação “O projeto garante que a guarda se estabeleça em razão do vínculo afetivo criado entre uma das partes em litígio e o animal, e das condições de bem exercer a propriedade ou posse responsável” (TRIPOLI, 2016). Os tribunais têm decidido por três tipos de guarda: compartilhada (divisão de poderes e responsabilidades), alternada (alternância de responsabilidades) ou unilateral (só uma das pessoas tem a responsabilidade e a posse e a outra pode ter direito a visitas) (CASAIS..., 2016).

Vale destacar que a opção por não ter filhos, com ou sem pets, parece estar mais presente entre famílias com melhores condições econômicas. São os chamados “casais de dupla renda e sem filhos” ou Duplo Ingresso, Nenhuma Criança⁶ (DINC) (BARROS; ALVES; CAVENAGHI, 2004).

Os arranjos familiares DINC compõem uma das particularidades da Terceira Transição Demográfica, onde uma parcela das famílias (ainda de difícil caracterização) opta pela não procriação, adotando a fecundidade zero (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010). Trata-se de uma família formada pela aliança entre duas pessoas, hetero ou homossexual, que não possui continuidade geracional, e aí está a mudança mais recente e importante advinda deste arranjo familiar. Esta característica coloca em questão os pilares da instituição familiar – procriação, sucessão de gerações e continuidade da família (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010).

Este segmento demográfico é composto por casais de renda média e alta, em geral, no topo da pirâmide de renda do Brasil, pois não tem os deveres decorrentes do cuidado com a prole. A divisão entre as tarefas da produção e reprodução fica secundarizada, pois tanto o homem como a mulher pode dedicar maior tempo às atividades educacionais e profissionais, por exemplo, sem a preocupação com os cuidados advindos da procriação (ALVES; BARROS, 2008). “O casal DINC é um exemplo de arranjo familiar que dá mais valor para a auto-satisfação e para a realização dos desejos presentes de consumo e lazer, do que para à satisfação futura de novas gerações” (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010, p.13).

Em termos quantitativos o número de famílias DINC no Brasil, segundo dados do Censo do IBGE de 2010, é algo aproximado em 2,8 milhões de casais, ou seja, 5 milhões e 600 mil pessoas. Estes casais optam por residir em apartamentos nas grandes metrópoles e devido a seu maior poder de consumo, praticamente não estão entre os beneficiários dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família, já que duas pessoas com renda de um salário mínimo cada residindo juntas, são classificadas como integrantes da nova classe média (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

Este arranjo familiar cresce - como um tipo específico - justamente no contexto pós-industrial, de regulação da fecundidade, inserção da mulher no mercado de trabalho, legislação civil mais igualitária em termos de padrões matrimoniais, maior igualdade entre os cônjuges, dinâmicas demográficas com maiores ofertas de trabalho marcadas pelo

⁶Na literatura em inglês *DINC = Double Income, No Children*, ou *DINK = Dual Income, No Kids*.

crescimento da produtividade e avanços tecnológicos (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010).

No Brasil, o estudo de Alves, Cavenaghi e Barros (2010) buscou caracterizar as famílias DINC com base nos microdados da PNAD de 2006: i) este tipo de arranjo é proporcionalmente maior entre os brancos (60%) e proporcionalmente menor entre os pardos (31,4%) e os pretos (7,2%); ii) é predominantemente urbano (91,84%) e não rural (8,16%); iii) a maior concentração está no sudeste do país (50,43%); iv) possui renda 50% maior do que a média nacional e v) apresenta a maior proporção de contribuintes previdenciários, com quase 70%.

As características de renda e cobertura previdenciária elevadas proporciona a essas famílias a possibilidade de obterem em princípio recursos para arcar com as suas necessidades de proteção social. Provavelmente ao chegarem na velhice terão feito provisão ou poupança para arcarem com esses gastos. E isso, torna a família DINC um importante segmento de mercado para empresas (e a demografia de negócios), pois possui potencial poder de compra e padrões de consumo superiores aos da média dos domicílios para adquirirem, por exemplo, serviços de cuidados privados, uma vez que pela renda, não se enquadrarão nos serviços sociais escassamente oferecidos pelo Estado.

c) A “GERAÇÃO Y” E OS “NEM NEM”

Independente do nível de renda, a decisão de ter bichos de estimação ao invés de filhos, ou simplesmente optar por não ter filhos é uma das características marcantes da “Geração Y” ou *Millennials* - as pessoas nascidas entre 1979 e 1995, que preferem gastar os seus recursos em atividades do seu próprio interesse ou crescimento profissional. Para eles, o casamento não é uma prioridade, nem a maternidade ou paternidade. São pessoas que não tendem a permanecer num trabalho que não lhes dê satisfação, não tendem a gastar recursos adquirindo imóveis, antes disso preferem viajar (NIÑO CHÁVEZ, 2016).

Os nascidos antes de 1979 são considerados a Geração X e os que vêm depois de 1995 são a Geração Z (os *centennials*). Vários aspectos sociológicos caracterizam os *millennials*, como a tendência ao descarte e à efemeridade de produtos e/ou tecnologias; por terem nascido e crescido num mundo digital estão permanentemente conectados; têm uma visão globalizada e são consumidores exigentes. Ao mesmo tempo, por terem sido criados com menos dificuldades e mais conforto que a geração anterior, têm pouca disposição para trabalhos

braçais, não se sujeitam a tarefas subalternas ou salários baixos no início da carreira, o que provoca uma elevada rotatividade dos mesmos no mercado de trabalho⁷.

O ponto que deve ser observado com atenção é que se trata de uma geração que, se bem foi criada com mais conforto e tem maior nível educacional que a geração anterior, não terá as oportunidades de crescimento profissional que tiveram os seus pais. Para estes, ter qualificação profissional significava ter acesso garantido ao mercado de trabalho e às proteções daí decorrentes. Ao mesmo tempo, a percepção de que a qualificação não se traduz necessariamente em retorno financeiro desestimula os jovens no que tange à dedicação aos estudos. Tanto que desde os anos 2000 a tipificação dos *millennials* se entrelaça com outra categoria: a dos “nem nem” - nem estudam, nem trabalham⁸. Os dados da PNAD contínua, retratados na Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2017), mostram que 25,8% dos jovens de 16 a 29 anos estariam nessa condição. E reforça “há jovens com determinadas características que estão mais sujeitos à condição de não estudantes e não ocupados. São eles os jovens com menor nível de instrução, os pretos ou pardos e as mulheres” (p.51). O principal motivo para não estarem ocupados nem trabalharem é a questão do desalento com o mercado de trabalho⁹, tanto para os homens quanto para as mulheres jovens. Entretanto, as mulheres têm uma agravante extra: 34,6% das delas responderam “ter que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)” em contraste com apenas 1,4% dos homens que assinalaram esse motivo para não terem procurado ocupação.

(...) entre as mulheres de 16 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupadas, 92,1% responderam realizar tarefas de cuidados a moradores do domicílio ou parentes que não moravam no domicílio e afazeres domésticos no domicílio. Entre os homens, esse percentual foi de 61,3%. Assim, a hipótese da OIT de que práticas culturais – a mulher ser a principal responsável por afazeres domésticos e tarefas de cuidados – excluem as mulheres jovens do mercado de trabalho fica corroborada para o caso brasileiro (IBGE, 2017, p.55).

Diante do quadro de provável precarização econômica dos jovens, Tavares (2018, p.1) faz um alerta para os pais dessa geração: “Prepare-se para não depender dos filhos, eles podem não ter condições de ajudar”. E complementa “a melhor coisa que você pode fazer por

⁷ Dearo (2017), com dados do “Dossiê *BrandLab: The Millennial Divide*” elaborado pelo Google Brasil, alerta que não se trata de um grupo homogêneo. Há dois grandes grupos: os que hoje têm entre 18 e 24 anos (*young millennials*) e aqueles que hoje têm entre 25 e 34 anos (*old millennials*). Os Old Millennials, por terem sido crianças e adolescentes na década de 1990, viveram boa parte da sua vida sem internet, tendem a ser mais flexíveis, otimistas e colaborativos e se preocupam muito com comprar uma casa ou apartamento, viagens ao exterior, conseguir um emprego e começar ou voltar a estudar. Por sua vez os *Young Millennials* já nasceram superconectados, tendem a ter menos paciência e desde pequenos enfrentaram uma economia mais frágil.

⁸ Adaptação do termo em inglês *NEET*: not in employment, education or training.

⁹ As respostas mais frequentes foram: “não tinha experiência profissional ou qualificação”, “não havia ocupação na localidade”, “não conseguia ocupação adequada” ou “não conseguia ocupação por ser muito jovem” (IBGE, 2017).

seus filhos é garantir seu próprio futuro, para não depender deles. Em primeiro lugar, porque isso abalaria sua autoestima e autonomia, ou seja, seu controle sobre as decisões relacionadas à sua vida. Em segundo, porque podem ser precárias as chances de eles serem capazes de bancar seu sustento”. O fulcro desse alerta é a necessidade de constituir fundos financeiros para arcar com as despesas da velhice, pois o atual modelo de proteção social do país deixa os idosos aos cuidados das famílias.

O cuidado dos idosos por parte da Geração Y e “nem nem” traz à tona a discussão da proteção social. Se uma característica desta geração é constituir núcleos familiares mais reduzidos ou se prender a preocupações individuais, também é presente a desinstitucionalização do emprego, diferente da realidade de inserção laboral que caracterizou a geração de seus pais quando, o “trabalho produtivo não era apenas um meio para atingir um fim econômico, mas também uma marca de identidade, uma espécie de validação social de sua importância e de pertença a um grupo conhecido” (OLIVEIRA, PICCININI, BITENCOURT, 2012, p.554).

No cenário brasileiro a carteira de trabalho assinada, as amplas garantias relacionadas aos direitos trabalhistas, uma empregabilidade mais estável e contribuições previdenciárias continuadas são (ou serão) praticamente inexistentes a essa geração se permanecerem as contrarreformas no campo das políticas sociais, como é o caso da trabalhista, e a histórica desigualdade social.

Este contexto aprofunda as diferenças entre os jovens a partir de sua condição de classe, ou seja, quando se pensa em Geração Y no Brasil há de se considerar aqueles que pertencem a um estrato superior de renda, com acessos diferenciados à educação superior, meios e domínios tecnológicos e informacionais, formação cultural e tempo livre diferentemente daqueles jovens que pertencem a grupos discriminados e estratos baixos (OLIVEIRA, PICCININI, BITENCOURT, 2012).

No caso dos “nem nem” dentre os 23% dos jovens na faixa de 15 a 29 anos que não estão na escola, em treinamento ou trabalhando, a maioria são negros e mulheres (BANCO MUNDIAL, 2018). Os negros com baixa renda familiar são a maioria dos que não concluíram o ensino médio e as mulheres deixam a escola e não conseguem trabalhar em função de gravidez e da necessidade de cuidado do(s) filho(s). Segundo dados da PNAD Contínua 2017 - Educação (IBGE, 2018b) os principais motivos indicados pelos jovens para o abandono do estudo foram: trabalhava, procurava trabalho ou conseguiu trabalho que iria começar em breve; não tinha interesse em estudar; e ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de pessoas. Esta última motivação foi mais mencionada pelas mulheres, onde é maior o “peso dos

cuidados de pessoas e dos afazeres domésticos, visto que 24,2% delas disseram não estudar ou se qualificar por necessidade de realizar essas tarefas [...]” (IBGE, 2018b, p.11). Dentre as mulheres estão mais sobrecarregadas com a realização de afazeres domésticos ou cuidados de pessoas aquelas pertencentes “[...] as duas categorias mais baixas de nível de instrução, em torno de 17%, do que entre as pessoas com o ensino médio completo ao superior incompleto, com 7,7%” (IBGE, 2018b, p.11).

A conformação deste grupo heterogêneo na realidade brasileira coloca para aqueles com melhores condições econômicas o questionamento de que modo os jovens (*millennials* ou *centennials*) “ansiosos e frustrados” - com altos índices de depressão, muitas vezes causada pela excessiva exposição às redes sociais e às falsas expectativas que são criadas em torno da vida e dos padrões de felicidade ou consumo dos outros (ROSA, 2018) - terão condições de conciliar suas expectativas em termos de mercado de trabalho e consumo? Premidos pelo imediatismo e pelo escasso apelo a abrir mão do conforto no presente em vias de usufruir benefícios no futuro, terão condições de arcar com o cuidado dos idosos que as políticas públicas lhes colocarão como encargo? Dentro dos núcleos familiares quem se responsabilizará pelos cuidados, as mulheres? ou haverá uma divisão de tarefas? Já para os estratos baixos da população parece que fica a certeza de que, pela necessidade econômica, antecipem a vida adulta como forma de conseguir prover mais recursos para si e/ou para sua família (OLIVEIRA, PICININI, BITENCOURT, 2012). E tendo em vista os rumos das transições demográfica e epidemiológica e da conformação atual da proteção social no Brasil, significará maior organização dos pais dessa geração com sua própria proteção social, sem depender da solidariedade familiar – marca registrada da sociedade brasileira.

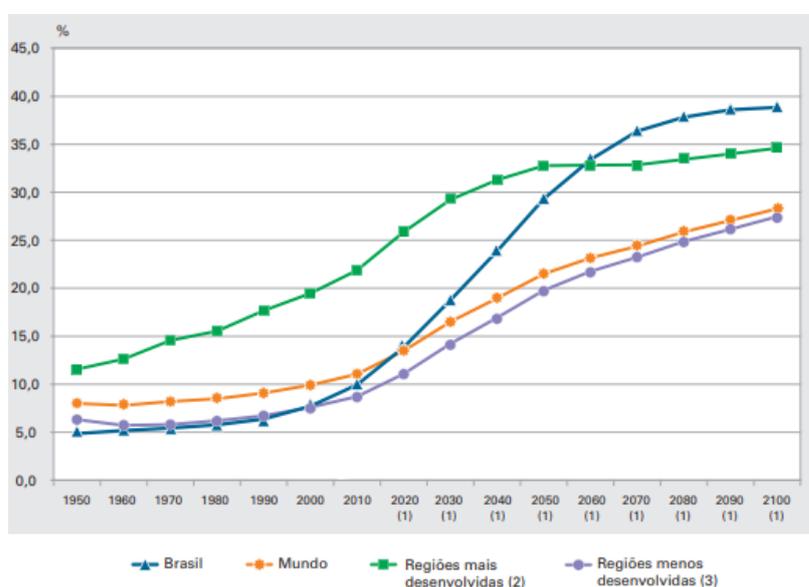
d) IDOSOS

O fenômeno mundial do envelhecimento está fortemente associado à queda da taxa de fecundidade e ao aumento da expectativa de vida. No Brasil, de acordo com IBGE (2016, p. 49-50), “entre 2005 e 2015, enquanto houve diminuição no percentual de crianças e adolescentes até 14 anos e também no de jovens, aumentou o percentual de pessoas com 60 anos ou mais de idade na população (...) neste período os idosos passaram de 9,8% para 14,3% da população brasileira”.

O Brasil, embora tenha taxas de participação de idosos semelhantes à de outros países, tem uma **velocidade** do aumento de proporção de idosos mais robusta. Dados apresentados pelo IBGE (2016), a partir de projeções feitas pelas Nações Unidas, revelam que enquanto a

proporção mundial de idosos de 2015 levaria cerca de 55,8 anos para dobrar, no Brasil a proporção poderá dobrar em apenas 24,3 anos. Conforme as projeções, se até 2010 o Brasil tinha uma proporção de idosos inferior à de regiões mais desenvolvidas (e semelhante à média mundial e das regiões menos desenvolvidas) a partir de 2020 haverá um descolamento da tendência brasileira em relação às outras, chegando a partir de 2060 a superar a proporção de idosos das regiões mais desenvolvidas (Gráfico 1). Pelas projeções, em 2100 o Brasil terá quase 40% da sua população acima de 60 anos, bem acima da média mundial (28%) e dos países mais desenvolvidos (35%), que têm políticas de proteção mais avançadas.

GRAFICO 1 - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade na população total – Mundo (1950/2100)



Fonte: IBGE (2016).

Qual o retrato da qualidade de vida desse segmento? De acordo com dados da PNAD e do Censo de 2010 (IBGE, 2016) cerca de 1/3 dos idosos afirmaram que, mesmo que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar, têm alguma dificuldade permanente para caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa. Quanto aos seus domicílios 93,8% dos idosos residiam em domicílios sem rampas de acesso, 24,2% em casas sem calçadas no entorno e 13,6% em lugares sem pavimentação nas ruas.

No que se refere à saúde, dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 confirmam que os idosos são a parcela da população que mais usa os serviços de saúde (IBGE, 2016). A PNAD de 2008 mostra que 71,9% dos brasileiros com mais de 65 anos declararam ter pelo menos um dos tipos de doenças crônicas não transmissíveis: doenças

mentais (depressão e demências), doenças cardíacas, pulmonares (asma, bronquite crônica, enfisema) e cânceres diversos¹⁰ (CASTRO, 2013).

Estudo feito por Marinho, Cardoso e Almeida (2014) sobre gastos com saúde na velhice confirmam que há uma correlação entre envelhecimento da população e o aumento dos custos com saúde. E mais, quando se analisam gastos com saúde e níveis de renda desse segmento percebe-se que há uma prevalência maior de patologias e agravos diversos entre os mais pobres. A conclusão semelhante chega a Cepal em análise para a América Latina.

A probabilidade de viver a última etapa da vida com alguma deficiência caracteriza-se por uma acentuada desigualdade que, por sua vez, se relaciona com outros fatores, como o nível educativo e o status socioeconômico (...) quem passa pelas etapas de sua vida num contexto de vulnerabilidade econômica e com menor acesso a mecanismos de proteção social tem um risco elevado de que qualquer problema de saúde se transforme em deficiência em consequência da falta de recursos para custear os serviços de saúde e apoio, bem como a assistência necessária para minorar o impacto das limitações adquiridas com a idade, particularmente considerando que o custo dos serviços de saúde e de reabilitação tende a aumentar com o tempo e pode se tornar inacessível (CEPAL, 2017, p.23).

Diversas são as demandas de serviços da população idosa. Vão desde a necessidade de ter moradias com infraestrutura arquitetônica adequada, passando por políticas de inserção no mercado de trabalho, até acesso a serviços de saúde. Neste quesito, Castro (2013) chama a atenção para uma série de medidas preventivas que poderiam reduzir as mortes por doenças crônicas e promover ganhos na qualidade de vida dos idosos, como: redução da obesidade e aprimoramento da qualidade da alimentação, estímulo à prática de atividades físicas e a redução do tabagismo.

Luiz; Loreto e Ferreira (2018), em estudo sobre idosos em arranjos unipessoais (que serão prevalentes num futuro não muito distante), são ainda mais específicos e indicam a necessidade

(...) de políticas que garantam renda para os idosos, além daquelas que possam contribuir para o aumento do nível de escolaridade, não só dos que já são idosos, mas daqueles que um dia serão. Além disso, considerando o impacto que os serviços públicos de qualidade podem ter na saúde e na alimentação dos idosos, ressalta-se a importância dos serviços de saúde próximo dos domicílios, com o intuito de prevenir o adoecimento e o agravamento de doenças crônicas; da distribuição gratuita de remédios, pensando em cuidados equitativos aos idosos e da presença de restaurantes comunitários, capazes de atender às necessidades nutricionais, desonerar o preparo da alimentação e proporcionar a convivência comunitária, o que pode ser muito importante, considerando que moram sozinhos. (LUIZ; LORETO e FERREIRA, 2018, p.133-134)

¹⁰Eugenio Vilaça Mendes, autor do livro “Redes de atenção à saúde” (citado por CASTRO, 2013, p.2) “aponta essas doenças como responsáveis, em 2005, por 35 milhões de óbitos no mundo todo, o dobro das mortes causadas por doenças infecciosas, incluindo Aids, tuberculose e malária”.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Em 2016 o Congresso Nacional aprovou uma Emenda à Constituição (EC) n. 95 (BRASIL, 2016.) com um novo regime fiscal que prevê que a partir de 2017 os gastos sociais serão reajustados pela inflação e os gastos sociais estarão congelados por 20 anos. Conforme visto anteriormente, em duas décadas praticamente dobrará a população idosa, uma das que mais apresentam demandas para as políticas sociais.

As projeções para o cenário brasileiro alertam desastrosas consequências se as medidas de austeridade fiscal - como o congelamento nos investimentos sociais continuar em vigência - uma vez que nesses mesmos 20 anos haverá um decréscimo da população produtiva na faixa etária de 15 a 64 anos. Em contrapartida, as demandas de cuidado e proteção social explodirão com o aumento da dependência de idosos e crianças (em menor proporção devido à queda da taxa de natalidade).

Os apontamentos sobre algumas das questões demográficas intentaram refletir sobre os impactos para as famílias. Apesar de mudanças bastante significativas na conformação e tamanho dos grupos familiares dadas pelas projeções e dados da realidade, ainda persistem questões fundamentais como as desigualdades de classe, etnia e gênero. Ou seja, as repercussões advindas do aumento da escolaridade - como melhores empregos, salários/rendimentos, contribuição previdência continuada (proteção social pelo trabalho formal), redução na taxa de natalidade e inserção da mulher no mercado de trabalho – forma mais absorvidas/usufruídas, em sua maioria, por homens, brancos que vivem nas cidades. Já os negros e as mulheres seguem com inserções marginalizadas no sistema educacional e consequentemente de trabalho, ocupando lugares precarizados devidos aos inacessos de sua condição.

No interior das famílias a repercussão é a cristalização dos papéis na divisão sexual do trabalho: às mulheres cabe o lugar naturalizado do cuidado com a prole e o trabalho doméstico não remunerado ou mal pago, num reforço ao neofamilismo (DE MARTINO, 2001), mesmo naquelas famílias onde as mulheres conseguiram sair de casa para trabalhar.

A privatização, focalização e seletividade das políticas sociais têm retirado, no caso brasileiro, os mínimos serviços sociais de suporte às famílias. Com o discurso da crise fiscal do Estado não há investimento que pensem serviços voltados às mudanças demográficas e suas repercussões sobre as famílias como o cuidado prolongado de idosos, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes, por exemplo. “[...] los recortes de servicios públicos, [...] trae a las casas un montón de trabajo doméstico que todavía siguen haciendo

majoritariamente de las mujeres. La mayoría de las mujeres trabajan fuera de casa pero siguen encargándose de este trabajo y tienen que absorber esta parte de tareas que antes eran públicas” (FEDERICI, 2014, s/p). Segundo a autora, as mulheres passam a ser produtoras e reprodutoras pela ausência de mecanismos que ofereçam possibilidades de conciliação entre homens e mulheres das funções produtivas e reprodutivas.

Reforça-se assim a solidariedade familiar, onde no caso da América Latina, “a familiarização é mais ampla (...) não só se espera que as famílias assumam a responsabilidade de cuidar das famílias, mas que também se transformem em unidades produtivas e redes de proteção” (DE MARTINO, 2015, p.103). Só que, conforme foi destacado aqui, as possibilidades de apoio familiar efetivo serão cada vez mais restritas, quer seja pela redução do tamanho das famílias, das demandas associadas ao mundo do trabalho - que invadem o tempo da reprodução social ou do lazer - ou ainda, pela precarização econômica que as novas gerações podem enfrentar, aliada à sua nova mentalidade na qual família e responsabilidades familiares parecem ocupar um lugar subalterno. Nesse contexto, o resgate das questões demográficas relevantes para os principais segmentos populacionais (casais com e sem filhos, jovens e idosos) pode contribuir para qualificar as ações de proteção social a serem desenhadas.

REFERÊNCIAS -

ALVES, José Eustáquio Diniz; BARROS, Luiz Felipe Walter. **A família DINC no topo da pirâmide de renda**, APARTE - Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 25/02/2008. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/opinioes/opiniao.php?codigo=APARTE_0597. Acesso em: 31 maio de 2018.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Censo 2010. **Uma família plural, complexa e diversa**. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa> . Acesso em: 31 maio de 2018.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana; BARROS, Luiz Felipe Walter. **A Família DINC no Brasil**: algumas características sócio-demográficas. Rio de Janeiro: IBGE. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49328.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

BARROS, Luiz Felipe Walter; ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. **Novos arranjos domiciliares**: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC). XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* Caxambu- MG, 29 set-03 out. 2008.

BANCO MUNDIAL. **Competências e empregos**: uma agenda para a juventude. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/953891520403854615/pdf/123968-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P156683-CompetenciaseEmpregosUmaAgendaparaaJuventude.pdf>. Acesso em: 6 jul. de 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 21 mar. de 2018.

BUCHANAN, Ann. The impact of declining fertility on children, parents and policy. **Open Journal of Social Sciences**, n.2, p.328-335, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4236/jss.2014.29052>. Acesso em: 15 abr. de 2018.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda de política social. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.) **Família brasileira a base de tudo**. Brasília/São Paulo: Unicef-Cortez, 1998.

CAS AIS procuram justiça para decidir quem fica com a guarda dos pets. **Fantástico**, 04 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/09/casais-procuram-justica-para-decidir-quem-fica-com-guarda-dos-pets.html> Acesso em: 13 set. de 2017.

CASTRO, Gleise de. Doenças crônicas exigem políticas de prevenção. **Valor econômico**, 26 jun. 2013, p.G2.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 2016**. Santiago de Chile, CEPAL, 2017. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41738/S1700509_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 abr. de 2018.

CLEGG, Alicia. Novas habilidades para profissionais mais experientes. **Valor econômico**, 15 fev. 2018, p.B2.

DEARO, Guilherme. Existem dois tipos de millennials e eles são muito diferentes. **Exame**, 1 out. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/marketing/existem-dois-tipos-millennials-muito-diferentes/>. Acesso em: 28 abr. de 2018.

DE MARTINO, Mônica. Programas de transferência condicionada, famílias e gênero: aproximações a alguns dilemas e desencontros. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cassia Maria (orgs.). **Familismo, direitos e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2015, p. 95-124.

DE MARTINO, Mônica. Políticas sociales y familia. Estado de bienestar y neo-liberalismo familiarista. **Revista Fronteras**, Montevideo, n. 4, 2001, p.103-114.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz. A questão da co-responsabilidade prevista na Estratégia Saúde da Família. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.10, n.19, 2011, p.97-114.

IBGE. **Mulheres continuam a cuidar mais de pessoas e afazeres domésticos que homens.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20912-mulheres-continuam-a-cuidar-mais-de-pessoas-e-afazeres-domesticos-que-homens.html> Acesso em: 3 maio de 2018a.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** Educação 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/05dc6273be644304b520efd585434917.pdf. Acesso em: 8 jul. de 2018b.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira:** 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2017. Rio de Janeiro : IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em 02 maio 2018.

FEDERICI, Silvia. Es un engaño que el trabajo asalariado sea la clave para liberar a las mujeres. **El Diario**, 24 maio 2014. Disponível em: https://www.eldiario.es/economia/engano-trabajo-asalariado-liberar-mujeres_0_262823964.html. Acesso em: 09 de jul. de 2018.

JOHNSON, Norman. **El Estado de Bienestar en transición:** la teoría y la práctica del pluralismo de bienestar. Madrid: Ministério del Trabajo y Seguridad Social, 1990.

KNOPLOCH, Carol. Brasil tem mais cachorros de estimação do que crianças, diz pesquisa do IBGE. **O Globo**, 02 jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/brasil-tem-mais-cachorros-de-estimacao-do-que-criancas-diz-pesquisa-do-ibge-16325739>. Acesso em: 13 set. de 2017.

LUIZ, Karine Kátia Iria; LORETO, Maria das Dôres Saraiva de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Condições dos idosos em arranjos unipessoais no Brasil. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 24, n. 2, p. 122-136, mai/ago. 2018.

MACEDO, Fausto. Justiça autoriza que casal divida guarda de cachorro. São Paulo, **Estadão**, 07 out. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/justica-autoriza-que-casal-divida-guarda-de-cachorro/>. Acesso em: 13 set. de 2017.

MARINHO, Alexandre; CARDOSO, Simone de Souza; ALMEIDA, Vívian Vicente de. Envelhecimento populacional e gastos com saúde no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Novo regime demográfico:** uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014, p.511-537.

MARTIN, Claude. Os limites da proteção da família: introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades a relação Família-Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.42, maio 1995, p.53-76.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (orgs.). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p.xx-xx.

NIÑO CHÁVEZ, Nadxiely. Millennials preferen mascotas que hijos. **Em pareja**, 12 out. 2016. Disponível em <http://www.enpareja.com/enamorados/Millennials-prefieren-mascotas-que-hijos-20161011-0005.html>. Acesso em: 7 jun. de 2017.

NUNES, João Arriscado. Com mal ou com bem, aos teus te até: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.42, maio 1995, p.5-25.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha; PICCININI, Valmiria Carolina; BITENCOURT, Betina Magalhães. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em Geração Y no Brasil? **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v.19, n.62, 2012, p.551-558.

PEREIRA Potyara Amazoneida Pereira.-Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (orgs.). *Política social: alternativas ao Neoliberalismo*. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço social, 2004.

ROSA, Arthur. Guarda de cachorros é discutida na Justiça por casais divorciados. **Valor econômico**, 30 mar. 2016.

ROSA, João Luiz. Ansiedade e frustração marcam geração Z. **Valor econômico**, p. B5, 11 abr. 2018.

TAVARES, Mariza. Prepare-se para não depender dos filhos, eles podem não ter condições de ajudar. **G1**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/prepare-se-para-nao-depender-dos-filhos-eles-podem-nao-ter-condicoes-de-ajudar.ghtml>. Acesso em: 24 fev. de 2018.

TRÍPOLI, Ricardo. **Aprovado projeto de Tripoli que regulamenta guarda de animais em casos de separação ou divórcio**. 2016, Disponível em: <http://www.ricardotripoli.com.br/?p=1454>. Acesso em: 13 set. de 2017.

VIVIR en familia: las parejas ahora prefieren tener mascotas antes que hijos. Disponível em: http://hoybolivia.com/Noticia.php?IdNoticia=235277&tit=vivir_en_familia_las_parejas_ahora_prefieren_tener_mascotas_antes_que_hijos. Acesso em: 7 jun. de 2017.